

AS PRINCIPAIS ACUSAÇÕES E A DEFESA

1. Subvenções sociais — Relator-geral do Orçamento de 1992 e ministro da Ação Social entre 17 de janeiro a 22 de setembro de 1992, Ricardo Fiúza é acusado de ter liberado irregularmente grande volume de subvenções para entidades sociais fantasmas e prefeituras, para tentar evitar o impeachment de Collor.

■ **RESPOSTA** — Fiúza afirmou que, como relator-geral, não fixou as cotas para a distribuição das subvenções, deixando a tarefa a cargo do Ministério da Ação Social. Posteriormente, ao assumir o cargo de ministro, Fiúza afirma que só liberou Cr\$ 70,4 bilhões de uma verba total de Cr\$ 169,6 bilhões destinada às subvenções. Os Cr\$ 99,2 bilhões restantes teriam sido distribuídos pelo atual ministro Jutahy Magalhães Júnior.

2. FGTS — Juntamente com a ex-ministra Margarida Procópio, Fiúza é acusado de liberar dinheiro para empreiteiras em contratos com valores superfaturadas para projetos de habitação e saneamento

■ **RESPOSTA** — Fiúza afirma que, ao assumir o ministério, em janeiro de 1992, suspendeu a contratação de novas obras, pois os recursos do FGTS estavam todos comprometidos. O deputado admitiu que propôs empréstimo do FAT para o FGTS, mas afirmou que o dinheiro seria aplicado em obras já em andamento e não em novos projetos.

3. Adulteração do Orçamento de 1992 — O senador Eduardo Suplicy e o deputado Aloísio Mercadante, ambos do PT, acusaram Fiúza de ter permitido, em conluio com o então chefe do Departamento de Orçamentos da União (DOU), José Carlos Alves dos Santos, a inclusão de emendas ao Orçamento de 1992, depois de o texto ter sido aprovado pelo Congresso.

■ **RESPOSTA** — Fiúza não soube explicar como esta irregularidade poderia ter acontecido. Prometeu apenas averiguar e mandar resposta à CPI por escrito.

4. Empréstimo da CEF para usina de Fiúza — O senador Suplicy acusou Fiúza de obter, em 8 de maio de 1991, um empréstimo de US\$ 1,5 milhão da CEF com juros subsidiados para a Usina Jaçanã, de propriedade do seu filho Ricardo e da sua mulher Ilse. A dívida, que já foi renegociada 16 vezes, estaria hoje na casa dos US\$ 4 milhões.

■ **RESPOSTA** — Fiúza admitiu que tomou o empréstimo, mas negou que tenha havido favorecimento. Segundo o deputado, a operação era de curto prazo para aliviar as dificuldades da usina e os juros cobrados pela CEF eram de mercado. A dívida não foi quitada, de acordo com Fiúza, porque o governo não repassou US\$ 2,5 milhões que eram devidos por conta de equalização dos preços do álcool, entregando à empresa apenas títulos públicos.

5. Irregularidade da declaração de renda — O deputado foi acusado de tentar burlar o Imposto de Renda ao incluir da declaração de 1990 um apartamento no valor de Cr\$ 400 mil, mas no ano seguinte o imóvel teria sido eliminado da declaração. O mesmo imóvel teria aparecido na declaração dos filhos do deputado no ano de 1991 no valor de Cr\$ 12 milhões.

■ **RESPOSTA** — Fiúza disse que jamais doou o apartamento onde mora há 15 anos para os filhos. Mas fez uma doação de Cr\$ 3 milhões para cada um dos quatro filhos, totalizando Cr\$ 12 milhões. Afirmou que a doação do dinheiro foi confundida com a doação do imóvel.